

Secretaria de Estado da Educação, Santa Catarina

SED-SC

Assistente de Educação

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS GERAIS.....	9
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (EDUCAÇÃO).....	9
■ LEI Nº 9.394, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	12
ORGANIZAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	12
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 170, DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	37
■ PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA 2016, DE 2025	38
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	39
■ CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DO TERRITÓRIO CATARINENSE E CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE	50
■ TEMAS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO: MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS, SAÚDE, ÉTICA, VALORES, SUSTENTABILIDADE, CIDADANIA E HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS.....	50
CULTURA E SOCIEDADE BRASILEIRA	50
■ ORGANIZAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA CATARINENSE.....	57
■ INTEGRAÇÃO CURRICULAR	58
INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE.....	58
■ TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TICS) – ESTRATÉGIAS E RECURSOS PEDAGÓGICOS DIVERSIFICADOS.....	61
USO DE TICS NA EDUCAÇÃO	61
■ ENSINO HÍBRIDO	62
■ PLATAFORMAS E FERRAMENTAS EDUCACIONAIS.....	65
■ RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA)	65
■ PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	66
■ ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS, GEOGRÁFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO MUNDO, BRASIL E SANTA CATARINA.....	70
■ DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO	124
■ INOVAÇÕES CIENTÍFICAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE.....	124

■	RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO.....	124
■	ÉTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO	127
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	137
■	CONHECIMENTOS PERTINENTES À ÁREA DE ATUAÇÃO	137
	POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA.....	137
■	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS SISTEMAS ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL DE ENSINO	138
■	GESTÃO ADMINISTRATIVA ESCOLAR: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA ESCOLAR.....	140
■	CORRESPONDÊNCIA OFICIAL	141
	PREPARAÇÃO E GESTÃO DE RELATÓRIOS E DOCUMENTOS OFICIAIS	162
	NORMAS PARA REVISÃO E SUBMISSÃO DE DOCUMENTOS AO DIRETOR.....	162
■	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS: MATRÍCULAS E TRANSFERÊNCIAS	163
■	DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR.....	164
■	PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO	165
■	PREPARAÇÃO E SECRETARIAMENTO DE REUNIÕES	167
■	SISTEMAS DE GESTÃO ESCOLAR.....	168
■	GESTÃO DE PESSOAS E RECURSOS	170
■	COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	175
■	MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	181
■	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	182
■	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	188
■	TENDÊNCIAS E INOVAÇÕES EM GESTÃO ESCOLAR	188
■	PAPEL E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES.....	189
■	PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES COLEGIADAS	189
■	TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARQUIVOS FÍSICOS E DIGITAIS	191
■	PROTOCOLOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE DE INFORMAÇÕES	203
	POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE E SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES PESSOAIS.....	213
■	USO E CONSERVAÇÃO DE BENS MATERIAIS DA SECRETARIA.....	214

INVENTÁRIO E GESTÃO DE PATRIMÔNIO ESCOLAR	216
■ COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES E CONFORMIDADE	219
■ ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROCESSOS.....	219
■ ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES	230

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS PERTINENTES À ÁREA DE ATUAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA

Santa Catarina, estado localizado na Região Sul do Brasil, tem um histórico de implementação de políticas públicas em educação que visam melhorar a qualidade do ensino, aumentar a acessibilidade e promover a inclusão.

A seguir, destacamos algumas das principais políticas e iniciativas educacionais do estado.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Santa Catarina tem um foco forte na educação básica, que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. As políticas públicas nesse setor buscam garantir o acesso universal e a melhoria da qualidade do ensino. Entre as ações, destacam-se:

- Programa Estadual de Educação Integral: promove a ampliação da jornada escolar com atividades complementares que contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos;
- Formação Continuada de Professores: cursos e capacitações são oferecidos aos professores para aprimorar suas habilidades e atualizar seus conhecimentos;
- Projetos de Alfabetização: iniciativas voltadas para garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA

O estado investe em escolas técnicas e institutos de educação profissional para preparar os jovens para o mercado de trabalho. Instituições como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) oferecem uma ampla gama de cursos técnicos e tecnológicos.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Santa Catarina abriga diversas universidades públicas e privadas de renome, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). As políticas públicas no ensino superior incluem:

- Programas de Bolsas de Estudo: incentivos financeiros para estudantes de baixa renda acessarem o ensino superior;
- Investimento em Pesquisa e Inovação: fomento à pesquisa científica e tecnológica nas universidades

INCLUSÃO E DIVERSIDADE

As políticas de inclusão são focadas em garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sociais ou econômicas, tenham acesso à educação. Exemplos incluem:

- Educação Especial: programas de apoio a estudantes com deficiência;
- Educação Indígena e Quilombola: projetos específicos para atender às comunidades indígenas e quilombolas, respeitando suas culturas e tradições

TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

A integração da tecnologia no processo educativo é uma prioridade em Santa Catarina. Programas como o **Educa SC** buscam equipar escolas com recursos tecnológicos e promover o uso de ferramentas digitais no ensino.

Educa SC

O Educa SC é uma iniciativa do governo do estado de Santa Catarina que visa modernizar e integrar a tecnologia ao processo educacional.

Essa iniciativa é parte das políticas públicas estaduais para promover a qualidade e a inovação na educação.

Vejam alguns dos principais aspectos e objetivos do Educa SC:

- Equipamentos e Infraestrutura: fornecer equipamentos tecnológicos como computadores, tablets, lousas digitais e acesso à internet de alta velocidade para escolas públicas;
- Ambientes Virtuais de Aprendizagem: desenvolvimento e implementação de plataformas online que permitem o acesso a conteúdos educacionais e a realização de atividades pedagógicas;
- Capacitação em Tecnologias Educacionais: oferecer cursos e treinamentos para que os professores estejam aptos a utilizar as novas tecnologias em sala de aula;
- Apoio Pedagógico: fornecer materiais de apoio e recursos didáticos digitais para auxiliar os professores no planejamento e execução de suas aulas;
- Conectividade: garantir que todas as escolas, inclusive as de áreas rurais e periféricas, tenham acesso à internet e às ferramentas digitais necessárias para o ensino;
- Inclusão Digital: promover o acesso igualitário às tecnologias para todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica;
- Bibliotecas Digitais: desenvolvimento e disponibilização de bibliotecas digitais com uma ampla gama de recursos educacionais, como livros, artigos, vídeos e outros materiais didáticos;
- Plataforma de Ensino: criação de uma plataforma on-line que centralize todos os recursos educacionais, facilitando o acesso de estudantes e professores a materiais de estudo e atividades interativas;
- Sistemas de Avaliação: implementação de sistemas para monitorar o desempenho dos alunos e das escolas, permitindo ajustes e melhorias contínuas;

- Feedback em Tempo Real: ferramentas que possibilitam feedback imediato sobre o progresso dos estudantes, ajudando a identificar dificuldades e a orientar intervenções pedagógicas.

O Educa SC representa um passo significativo para transformar a educação em Santa Catarina, alinhando-a com as demandas contemporâneas e preparando os estudantes para um futuro cada vez mais digital e interconectado.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Apesar dos avanços, Santa Catarina ainda enfrenta desafios como a desigualdade educacional entre regiões urbanas e rurais, a necessidade de maior investimento em infraestrutura escolar e a melhoria contínua da qualidade do ensino.

As políticas públicas precisam ser constantemente atualizadas e adaptadas para enfrentar esses desafios e garantir uma educação de qualidade para todos.

Além disso, são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do estado, pois uma educação de qualidade é a base para a formação de cidadãos preparados para contribuir com a sociedade e o mercado de trabalho.

Dica

Para uma compreensão ainda melhor acerca da temática, recomendamos a leitura do Plano Estadual de Educação – SC (Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015). Você pode encontrá-lo, junto a mais informações, em: <https://www.sed.sc.gov.br/consultas/plano-estadual-de-educacao-sc/>.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS SISTEMAS ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL DE ENSINO

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui o conteúdo referente à **Legislação Específica do Sistema Federal de Ensino**, tendo em vista que ele já foi amplamente abordado na disciplina **Conhecimentos Gerais**.

Cordialmente,
Nova Concursos.

SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

O sistema estadual de ensino de Santa Catarina é regido por uma série de legislações que estabelecem as diretrizes e normas para a educação no estado.

A seguir, estão algumas das principais leis e regulamentações que estruturam o sistema educacional em Santa Catarina.

Constituição Estadual de Santa Catarina

A Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 1989, contém dispositivos que tratam da educação. Entre os artigos relevantes, destacam-se:

- Artigos 171 a 183: estabelecem os princípios e diretrizes gerais para a educação no estado, incluindo a organização do sistema de ensino, os deveres do estado em relação à educação, e a promoção da educação especial e profissional

Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998

Esta lei dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e estabelece normas para a sua organização e funcionamento. Alguns dos pontos principais incluem:

- Estrutura do Sistema Estadual de Educação: definição dos níveis e modalidades de ensino, incluindo educação básica, educação profissional e educação superior;
- Órgãos do Sistema Estadual de Educação: estabelecimento dos órgãos responsáveis pela coordenação e supervisão do sistema educacional, como a Secretaria de Estado da Educação e os Conselhos de Educação;
- Direitos e Deveres: direitos dos alunos, deveres das instituições de ensino e responsabilidades dos profissionais da educação.

Lei Estadual nº 16.794, de 14 de setembro de 2015 (Institui o PEE)

A Lei Estadual nº 16.794, de 2015, institui o Plano Estadual de Educação (PEE) de Santa Catarina para o período de 2015 a 2024, com metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no estado.

O PEE é um documento estratégico que orienta as políticas educacionais em Santa Catarina. Ele é elaborado com base nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e adaptado às necessidades e particularidades regionais.

O PEE define metas e estratégias para a educação no estado em um horizonte de 10 anos, buscando promover a qualidade, equidade e democratização do ensino.

A seguir, são apresentados os principais aspectos do PEE de Santa Catarina:

Objetivos do PEE

O PEE de Santa Catarina tem como principais objetivos:

- Universalizar o Acesso à Educação: garantir que todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham acesso à educação em suas diversas modalidades e níveis;
- Melhorar a Qualidade da Educação: promover ações para elevar o nível de aprendizagem dos alunos e a qualidade do ensino;
- Valorizar os Profissionais da Educação: assegurar melhores condições de trabalho, formação continuada e valorização salarial dos professores e demais profissionais da educação;

- Fortalecer a Gestão Democrática: incentivar a participação da comunidade escolar e da sociedade civil na gestão das políticas educacionais.

● Principais Metas do PEE

O PEE de Santa Catarina estabelece várias metas, entre as quais destacam-se:

- Educação Infantil: universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos. Ampliar a oferta de creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos;
- Ensino Fundamental: universalizar o ensino fundamental de nove anos para a população de 6 a 14 anos. Garantir que pelo menos 95% dos alunos do ensino fundamental tenham desempenho adequado nas avaliações nacionais;
- Ensino Médio: universalizar o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos. Aumentar a taxa de conclusão do ensino médio para 90% dos jovens até os 19 anos;
- Educação de Jovens e Adultos (EJA): aumentar a taxa de alfabetização de jovens e adultos com 15 anos ou mais para 95%. Ampliar a oferta de EJA integrada à educação profissional;
- Educação Especial: garantir a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino;
- Valorização dos Profissionais da Educação: assegurar, no prazo de dois anos, a implementação de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior. Garantir a equiparação salarial dos profissionais da educação com os demais profissionais de mesma formação.

● Estratégias para Alcançar as Metas

Para atingir as metas estabelecidas, o PEE de Santa Catarina define diversas estratégias, tais como:

- Investir na infraestrutura das escolas, garantindo ambientes adequados para o ensino e a aprendizagem;
- Promover programas de formação continuada para os profissionais da educação;
- Implementar políticas de inclusão digital nas escolas;
- Fortalecer a articulação entre os diferentes níveis de governo e com a sociedade civil para a implementação das políticas educacionais;
- Incentivar a pesquisa e a inovação pedagógica.

● Monitoramento e Avaliação

O PEE prevê mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar a implementação das metas e estratégias. Isso inclui a criação de comissões de acompanhamento, a realização de conferências de educação e a utilização de indicadores e avaliações periódicas para medir o progresso.

● Desafios e Perspectivas

Os principais desafios do PEE de Santa Catarina incluem garantir a equidade no acesso e na qualidade da educação, especialmente em regiões mais

vulneráveis, e promover a valorização contínua dos profissionais da educação. A participação ativa da comunidade escolar e da sociedade civil é fundamental para superar esses desafios e alcançar uma educação de qualidade para todos.

Outros Documentos e Normativas

Além das leis e resoluções mencionadas, o sistema educacional de Santa Catarina é orientado por diversos decretos, portarias e instruções normativas que tratam de aspectos operacionais e administrativos específicos, como a distribuição de recursos, a gestão escolar e a implementação de programas educacionais.

Estas legislações e normativas formam a base jurídica para a organização e funcionamento do sistema estadual de ensino de Santa Catarina, garantindo a promoção de uma educação de qualidade, acessível e inclusiva para todos os cidadãos do estado.

Resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC)

O Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina emite resoluções que complementam a legislação estadual e regulamentam aspectos específicos do sistema de ensino. Algumas resoluções importantes incluem:

- Normas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: definem diretrizes para a organização curricular, avaliação e funcionamento das instituições de ensino;
- Regulamentação da Educação Especial: estabelece normas para a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional.

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

O sistema municipal de ensino de Santa Catarina é regido por diversas normas e diretrizes que têm como objetivo garantir a organização, o funcionamento e a qualidade da educação nos municípios do estado.

Essas normas estão em conformidade com a legislação federal, especialmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), abordada na disciplina "Conhecimentos Gerais" desta apostila, mas também incluem regulamentações específicas estaduais e municipais.

A seguir, alguns pontos importantes sobre a legislação específica do sistema municipal de ensino em Santa Catarina:

Conselhos Municipais de Educação

Os Conselhos Municipais de Educação têm um papel fundamental na organização e gestão do sistema municipal de ensino. Eles são responsáveis por elaborar, acompanhar e avaliar políticas educacionais no âmbito municipal, garantindo a participação da comunidade na gestão educacional.

Leis Municipais de Educação

Cada município em Santa Catarina pode ter suas próprias leis e regulamentações específicas que complementam as diretrizes federais e estaduais. Essas

leis municipais tratam de questões como a criação e manutenção de escolas, normas para a contratação de professores, políticas de merenda escolar, transporte escolar, entre outros aspectos.

Diretrizes Curriculares Municipais

As diretrizes curriculares municipais são elaboradas com base nas diretrizes nacionais e estaduais, mas adaptadas às realidades locais. Elas definem os conteúdos e metodologias a serem adotados nas escolas municipais, assegurando a contextualização do ensino.

Programas e Projetos Específicos

Os municípios também podem desenvolver programas e projetos específicos para atender às suas necessidades educacionais, como programas de alfabetização, inclusão de alunos com deficiência, projetos de tempo integral, entre outros.

GESTÃO ADMINISTRATIVA ESCOLAR: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA ESCOLAR

A gestão administrativa escolar é fundamental para o bom funcionamento de uma escola, garantindo que todas as atividades educacionais e administrativas sejam realizadas de maneira eficiente e organizada.

A secretaria escolar é um dos principais setores administrativos, sendo responsável por uma série de funções que suportam tanto a gestão acadêmica quanto a administrativa da instituição.

A seguir, vamos detalhar a organização e o funcionamento da secretaria escolar.

I FUNÇÕES DA SECRETARIA ESCOLAR

A secretaria escolar desempenha diversas funções essenciais, incluindo:

- Matrícula e Rematrícula: gerenciamento do processo de matrícula e rematrícula dos alunos e atualização de registros e documentação necessária;
- Expedição de Documentos: emissão de históricos escolares, certificados de conclusão, declarações de matrícula e frequência e organização e manutenção de arquivos e registros acadêmicos dos alunos;
- Gestão de Arquivos: arquivamento adequado de documentos e prontuários dos alunos e manutenção de registros atualizados e acessíveis;
- Atendimento ao Público: atendimento a alunos, pais, responsáveis, professores e demais membros da comunidade escolar e prestação de informações e orientações sobre procedimentos e regulamentações da escola;
- Organização de Calendário Escolar: coordenação do calendário escolar, incluindo datas de matrícula, exames, eventos e reuniões e comunicação eficiente das datas e prazos importantes para a comunidade escolar;

- Controle de Frequência e Notas: registro e acompanhamento da frequência dos alunos e organização e controle dos registros de notas e avaliações;
- Suporte Administrativo: assistência à direção e coordenação pedagógica na organização de reuniões, eventos e atividades escolares e apoio na gestão de recursos materiais e financeiros, quando necessário.

I ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA ESCOLAR

A organização da secretaria escolar envolve a estruturação e a definição clara de responsabilidades entre os funcionários.

Vejam alguns elementos-chave na organização da secretaria:

Equipe da Secretaria

● **Secretário Escolar**

Responsável pela gestão geral da secretaria, coordenação da equipe e garantia do cumprimento das políticas e procedimentos administrativos.

● **Assistentes Administrativos**

Auxiliam nas diversas tarefas administrativas, como atendimento ao público, expedição de documentos e manutenção de registros.

● **Auxiliares de Secretaria**

Responsáveis pelo apoio nas tarefas diárias, como arquivamento de documentos e atendimento telefônico.

Espaço Físico

A secretaria deve ser organizada de maneira funcional, com espaço adequado para arquivos, atendimento ao público e trabalho dos funcionários.

É importante ter um ambiente acolhedor e organizado para receber alunos, pais e responsáveis e demais membros da comunidade escolar.

Sistemas e Ferramentas

Deve haver a utilização de sistemas informatizados para o gerenciamento de matrículas, notas, frequência e documentos.

Além disso, é importante o uso de ferramentas digitais que facilitem a comunicação interna e externa, como e-mails e sistemas de gestão escolar.

Procedimentos e Normas

É necessário que haja o estabelecimento de procedimentos claros para todas as atividades da secretaria, garantindo a padronização e a eficiência dos processos.

Do mesmo modo, a capacitação contínua dos funcionários para assegurar o cumprimento das normas e a qualidade no atendimento é de suma importância.

I FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA ESCOLAR

O funcionamento eficaz da secretaria escolar depende de uma série de práticas e rotinas bem definidas:

- Rotinas Diárias: abertura e fechamento da secretaria em horários predefinidos e atendimento a solicitações de alunos, pais e responsáveis, seja presencialmente, por telefone ou e-mail;
- Gestão de Documentos: atualização e arquivamento de registros de maneira sistemática e expedição de documentos em conformidade com as normas legais e institucionais;
- Comunicação: manutenção de canais de comunicação eficientes com a direção, coordenação pedagógica, professores, alunos, pais e responsáveis, bem como divulgação de informações importantes, como prazos, eventos e procedimentos, através de murais, circulares e meios digitais;
- Avaliação e Melhoria Contínua: realização de reuniões periódicas para avaliação das atividades da secretaria e identificação de áreas para melhoria e implementação de feedbacks e sugestões de melhoria, visando à excelência nos serviços prestados.

I IMPORTÂNCIA DA SECRETARIA ESCOLAR

A secretaria escolar é vital para o funcionamento harmonioso e eficiente da escola. Ela garante que todos os processos administrativos sejam executados corretamente, contribuindo para o bom desempenho acadêmico e administrativo da instituição.

Uma secretaria bem organizada e funcional é fundamental para o sucesso da gestão escolar como um todo.

expedientes, exibia modelos, simplificava os fechos que vinham sendo utilizados desde 1937, suprimia arcaísmos e apresentava uma súmula gramatical aplicada à redação oficial; a segunda parte, a cargo do Ministro Gilmar Mendes, ocupava-se da elaboração e redação dos atos normativos no âmbito do Executivo, da conceituação e exemplificação desses atos e do procedimento legislativo.

Depois de 10 anos do lançamento da 1ª edição, foi necessário fazer uma adequação das formas de comunicação usadas na administração aos avanços da informática. Outras alterações decorreram da necessidade de adaptação do texto à evolução legislativa na matéria e às alterações constitucionais ocorridas no período.

Segundo o apresentador dessa nova edição, Pedro Parente, Chefe da Casa Civil da Presidência da República do Governo de Fernando Henrique Cardoso, esperava-se que essa nova edição do Manual contribuisse, tal qual a primeira, para a consolidação de uma cultura administrativa de profissionalização dos servidores públicos e de respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com a consequente melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Nesta 3ª edição, você perceberá muitas mudanças significativas tanto na formatação dos documentos oficiais, quanto na formulação dos aspectos da linguagem e das normas estruturais

E o que é Redação Oficial na concepção dos organizadores desse trabalho? Veja a resposta que foi dada por eles a essa pergunta:

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos. [...] interessa-nos tratá-la do ponto de vista da administração pública federal.¹

Agora, para nós que lidamos com o conteúdo para concursos públicos, quais são as principais características normativas cobradas nas provas destes?

Perceba que os três motivos principais da preocupação da elaboração do Manual e de suas revisões são a modernização, a atualização e a eficiência. A passagem do tempo por si só já pediria essas revisões, haja vista a consequente evolução da linguagem e da sociedade por que passamos.

É justamente esse o ponto que originou a participação desse assunto nos concursos públicos. Afinal, para quem vai trabalhar no setor público é realmente importante saber comunicar-se com habilidade e usar os meios adequados para isso se o que se propõe é um serviço eficiente para a sociedade.

Por isso, ao estudar redação oficial, lembre-se de que você deve saber as características da linguagem da redação oficial, a formatação e a estrutura das redações, especialmente a do padrão ofício, quem envia determinadas correspondências, quem as recebe e qual é a finalidade de cada uma delas.

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Sabe-se da importância de se trabalhar o conteúdo de Redação Oficial, já que o tema está presente em muitos dos editais de concursos federais. A fonte de pesquisa básica é a 3ª edição de 29 de dezembro de 2018 revista, atualizada e ampliada do *Manual de Redação Oficial da Presidência da República* (MRPR).

Retrospectiva Histórica

Em 11 de janeiro de 1991, o Presidente da República autorizou a criação de uma comissão, presidida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, para rever, atualizar, uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais. Depois de 9 meses, foi apresentada a primeira edição do *Manual de Redação Oficial da Presidência da República*.

Esse Manual foi dividido em duas partes: a primeira, elaborada pelo diplomata Nestor Forster Jr., tratava das comunicações oficiais, sistematizava seus aspectos essenciais, padronizava a diagramação dos

¹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018, p. 16.